

KEYNES, POLANYI E A DEFESA DA “ARTE DE GOVERNAR” NA *TEORIA GERAL*

Clarice Menezes Vieira¹

Resumo

O artigo pretende recuperar a defesa da “arte de governar” conforme conduzida por John Maynard Keynes na *Teoria Geral* e traçar um paralelo desta defesa com a proposta de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*. Para isso, sugere-se que, embora a crítica mais aparente de Keynes à tradição clássica na *Teoria Geral* seja à capacidade de os mercados assegurarem a *eficiência* da economia capitalista, seu objetivo mais premente, dados os acontecimentos históricos do período de sua redação, era o de convencer seus pares acerca da necessidade da política e, com isso, assegurar a própria *existência* da ordem liberal junto da qual a economia capitalista havia surgido.

Palavras-Chave: Liberalismo clássico; Intervencionismo; Ordem Liberal.

KEYNES, POLANYI AND THE DEFENCE OF STATECRAFT IN THE *GENERAL THEORY*

Abstract: The article aims to recover the defence of political science and statecraft as conducted by John Maynard Keynes in the *General Theory* and to draw a parallel between his defence with Karl Polanyi's proposal in *The Great Transformation*. For this, it is suggested that, although Keynes's most apparent criticism of the classical tradition in *General Theory* is the ability of markets to ensure the efficiency of the capitalist economy, his most pressing objective, given the historical events of the period of his writing, was that of convincing their peers about the need for statecraft and political action and, with that, ensuring the very existence of the liberal order from which the capitalist economy had arisen.

Key-Words: Classical Liberalism; Interventionism; Liberal Order;.

¹ Professora do Instituto Multidisciplinar – Campus Nova Iguaçu – UFRRJ;

Introdução

Em um capítulo da *Grande Transformação* dedicado a criticar a interpretação econômica liberal da história da Inglaterra, Karl Polanyi (2000) apresenta o cerne de sua defesa da “arte de governar”, produto direto da forma como percebe a dinâmica social². Se nenhum agente ou grupo seccional específico pode determinar aquela dinâmica, e, portanto, a *direção* das mudanças sociais não é passível de decisão ou planejamento, já seu *ritmo* pode ser afetado pelas ações orientadas de grupos ou agentes. Essa é precisamente a função do governo que, percebendo a necessidade de proteção ao corpo social, deve responder de forma imediata e pragmática para evitar que este seja exposto ao risco de severas calamidades. Disso se trata para Polanyi a arte de governar, arte esta que se vê imediatamente inviabilizada caso se acredite que não se deva ou não se possa alterar aquele ritmo. E esse seria precisamente o caso da tradição liberal, que, se apegando à espontaneidade das forças do progresso material, julgaria como equivocadas e retrógradas quaisquer ações do governo sobre o tecido social.

Propõe-se nesse texto recuperar esta mesma defesa, porém da forma como Keynes a apresentou em sua *Teoria Geral*, indicando suas semelhanças com a de Karl Polanyi. De fato, do legado deixado por Keynes à ciência econômica, a defesa da arte de governar se mostra central, especialmente em momentos como o atual, quando ela parece ter atingido o auge do descrédito, ao mesmo tempo em que se afigura imprescindível. Como esta defesa relaciona-se à forma como Keynes se colocou relativamente a teoria “clássica”, discute-se inicialmente os elementos morais e políticos daquela teoria relevantes para compreender sua posição. Na seção seguinte, expõe-se no que consistia a crítica de Keynes à tradição “clássica” naquilo em que ela se relaciona com a política; e, finalmente, na última seção, apresenta-se a defesa da arte de governar, recuperando o paralelo que é possível traçar entre a mensagem de Keynes e aquela apresentada por Karl Polany alguns anos depois da *Teoria Geral*³.

² Trata-se do capítulo 3, “Habitação *versus* Progresso”, onde Polany questiona a interpretação liberal sobre os efeitos das ações intervencionistas das monarquias Tudors e Stuarts para a história da Inglaterra;

³ A *Grande Transformação* foi escrita nos primeiros anos da década de 1940, apenas alguns anos após o lançamento da *Teoria Geral*;

1. A moral e a política na tradição clássica liberal

Como é sabido, Keynes inicia sua *Teoria Geral* declarando que pretende se insurgir contra uma certa tradição dominante que nomeia como “clássica”⁴:

Denominei este livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica [...]. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência. (1996, p. 43)

O aspecto em geral mais debatido e destacado de sua crítica tem sido aquele de natureza *teórica*, sendo dedicado relativamente menor espaço para seu conteúdo *político e moral*. De fato, aquela tradição compunha-se tanto de uma avaliação *teórica* acerca do funcionamento de uma economia de mercado, quanto de uma certa definição dos propósitos *morais* e das recomendações *políticas* relacionados àquela avaliação. No que diz respeito a estes aspectos, a tradição com a qual Keynes debatia era tributária direta do liberalismo clássico como estabelecido, entre outros, por John Locke, David Hume e Adam Smith⁵.

Para esta tradição, a defesa da ordem social do mercado vinculava-se diretamente a questões morais, aos “fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar”, ou seja, a liberdade, a igualdade e a paz (BOBBIO, p. 95). Em Smith, em particular, tratava-se de avaliar as propriedades da ordem social construída sobre os mercados para refletir como esta se relacionava àqueles fins⁶. Esta ordem seria superior do ponto de vista moral não apenas ou sobretudo por suas propriedades diretamente econômicas relacionadas à eficiência, mas antes pela possibilidade de erigir sobre ela um ambiente político em que reinassem a liberdade, a paz e a igualdade. A capacidade desta

⁴ A classificação de Keynes e a forma como caracterizou os “clássicos” no capítulo 2 da *Teoria Geral* geraram amplos debates, iniciados pelo artigo de John Hicks em 1937 (1997); para resenhas e para a posição de Keynes relativamente aos “clássicos”, ver ARTHMAN, BRADY e SALES (2010); FONTANA (2006); e KLAES (2006);

⁵ *O fim do “laissez-faire”*, texto de Keynes de 1926 (1984a), expõe as ideias básicas de Keynes sobre o liberalismo clássico; para a filosofia política de Keynes, ver BRITAIN (2006), DAVIDSON (2009), especialmente o capítulo 3; e MOGGRIDGE (2005), capítulo 18; para a relação entre Keynes e a tradição do liberalismo clássico na Inglaterra, ver MARKWELL (2006), capítulo 2;

⁶ Para a ordem social smithiana, ver GANEM, 2000;

ordem em garantir o conforto material, em prover adequadamente as necessidades da vida, adquiriria relevância sobretudo se fosse considerada como um pré-requisito para uma existência humana livre e pacífica. Em outras palavras, a afluência material se apresentava antes como instrumento do que como fim em si mesma.

Neste sentido, a necessidade de o Estado não intervir diretamente sobre a ordem social não advinha direta ou primeiramente de considerações a respeito de sua *eficiência econômica*, mas antes de considerações *morais e políticas*, para garantir que, de fato, ela respeitasse a ideia básica do direito à liberdade, à vida e à propriedade. Ao Estado não caberia tomar certas decisões econômicas pois estas seriam por direito dos indivíduos (sobre, por exemplo, o uso da renda e do patrimônio, a escolha das profissões, etc); e não caberia agir na ordem econômica da mesma forma que os agentes privados, pois isso anularia a igualdade de concorrência nos mercados; porém, a ele caberia assegurar os requisitos necessários para o bom funcionamento daquela economia. Para os liberais, este bom funcionamento dependia, como se sabe, do provimento de justiça, segurança, educação e da oferta de “bens públicos”, ou da manutenção do ambiente institucional necessário para o mecanismo de mercado operar. No que diz respeito à política, à tradição clássica não importava tanto discutir se isto representaria “mais” ou “menos” Estado, mas antes mostrar que o tipo de intervenção necessária para que o mercado fosse capaz de organizar adequadamente a ordem social não violava os direitos individuais, especialmente o direito à liberdade e à propriedade. Em outras palavras, interessava mostrar que o (novo) mundo liberal era viável do ponto de vista material⁷. Keynes, como se sabe, percebeu claramente esta distinção:

A frase *laissez-faire* não se encontra nas obras de Adam Smith, Ricardo e Malthus. Até a ideia não se encontra de forma dogmática em nenhum desses autores. Adam Smith, naturalmente, era a favor do livre comércio e contrário a muitas limitações setecentistas ao comércio. Mas sua atitude em relação às leis de navegação e à legislação contra a usura mostra que ele não era dogmático. (...) a defesa de Adam Smith do ‘evidente e simples sistema de liberdade natural’ deriva de sua visão teísta e otimista de ordem do mundo, tal como foi proposta em sua *Teory of Moral Sentiments*, e não de qualquer proposição da economia política. (1984a, p. 112)

⁷ Para as funções do Estado em Smith, ver especialmente o capítulo 1 do livro V da *Riqueza das Nações* (1996); para o papel do Estado no liberalismo clássico, ver CONWAY (1995), capítulo 2;

Essa perspectiva política e moral da tradição clássica já havia, naturalmente, se alterado sobremaneira à época de Keynes. De fato, ao seguir seu caminho na delimitação precisa de seu objeto de investigação frente à filosofia moral, a ciência econômica tendeu gradativamente a se concentrar no problema puramente *econômico* do funcionamento da ordem liberal, ou seja, na operação do mecanismo de mercado. Em paralelo, tendeu também a se preocupar mais diretamente e apenas com a avaliação das propriedades materiais daquela ordem, com sua capacidade “economizadora”, ou seja, sua faculdade de produzir e distribuir bens sem desperdícios de recursos, faculdade esta designada por “eficiência”. Gradativamente, as preocupações morais originais da tradição clássica foram sendo esquecidas ou deliberadamente afastadas, o que culmina, como se sabe, na definição do objeto da ciência da economia como estabelecida por Lionel Robbins em 1932 (1984)⁸.

Em outros termos, a preocupação material, que havia surgido como questão conjunta ou subsidiária, adquire, gradativamente, o *status* de fim em si mesma, passando, com isso, a ciência que dela trata a possuir caráter de ciência positiva. Os critérios de eficiência e desperdício seriam determinados internamente aos mercados, ou seja, pelos desejos e escolhas de seus participantes *vis-à-vis* a tecnologia: a economia de mercado será desperdiçadora, e, portanto, ineficiente, se atingir um resultado em que é possível melhorar a situação de algum de seus participantes sem causar a piora na de algum outro⁹.

2. A crítica de Keynes à tradição: a ineficiência dos mercados

No momento em que a economia está concluindo sua separação relativamente à moral, Keynes está conduzindo sua “revolução” contra a teoria “clássica”. Como visto, ao herdar a tradição de seu tempo, a *pergunta* com a qual a ciência econômica deveria lidar já estava relativamente limitada à questão da eficiência material; porém, também fazia parte daquela tradição, sendo este seu aspecto mais propriamente teórico com o qual Keynes

⁸ Deste processo participaria, como se sabe, John Neville Keynes, com seu *Ensaio* de 1890 onde apresenta sua distinção tradicional entre ciência positiva, normativa e arte (1999); no Reino Unido, esse processo esteve particularmente relacionado à ascensão do historicismo e a versão inglesa da *Batalha de Métodos* que se seguiu, processo no qual Alfred Marshall teria papel central; ver a respeito HODGSON (2001), Parte II;

⁹ Esta perspectiva culmina com a chamada Nova Economia do Bem-Estar; ver, a respeito, BACKHOUSE e NISHIZAWA (2010); e sobre a relação desta com Keynes, ver DAUNTON (2010);

debate, encaminhar de uma maneira específica uma resposta, resposta essa fornecida pela Lei dos Mercados.

De fato, independentemente das diversas interpretações acerca da classificação de Keynes para os “clássicos”, o aspecto teórico que o permitiu agrupar a maioria dos autores a ele pretéritos sob um mesmo rótulo, aspecto este exatamente contra o qual dirigiu mais frontalmente seu ataque, foi àquela Lei. Uma das possibilidades de compreender seu significado¹⁰ é precisamente como a prescrição de que uma economia de mercado funcionando em concorrência será eficiente, ou seja, não produzirá um resultado em que exista desperdício de recursos. Operando adequadamente a concorrência, o mercado não produzirá desperdícios na utilização dos fatores, inclusive do fator trabalho, e, portanto, indivíduos desejosos de obter emprego ao nível de salários vigente sempre serão exitosos. Caso se observe um resultado do volume de emprego da economia em que haja desemprego, esse não terá advindo do funcionamento dos mercados em concorrência e, portanto, algo externo a sua esfera estaria impedindo sua plena ação.

Keynes estava propondo, do ponto de vista teórico, a possibilidade de admitir que a ineficiência fosse gerada no próprio funcionamento regular da economia capitalista, ou, em outras palavras, de que a concorrência pudesse levar ao desemprego involuntário. Ainda que todos os mercados operassem em “equilíbrio” (de concorrência), não necessariamente o mercado de trabalho operaria, restando, como situação normal, o desemprego involuntário. A teoria clássica explicava adequadamente a existência dos desempregos “friccional” e “voluntário”, mas *“não admite[m] a possibilidade de uma terceira categoria que passarei a definir, mais adiante, como o desemprego ‘involuntário’”*. (1996, p. 47). Keynes estava chamando à atenção, portanto, para o fato de que é possível, em uma economia mercantil monetária operando adequadamente, que se apresentem trabalhadores dispostos a trabalhar ao salário vigente, sem que encontrem emprego¹¹.

¹⁰ Sobre os significados da Lei dos Mercados, ver BLAUG (1997) e BAUMOL (1999); para sua relação com Keynes, ver MACEDO e SILVA (2001);

¹¹ Não é necessário detalhar a teoria do emprego de Keynes, cujos elementos centrais estão apresentados nos capítulos 3 e 5 da *Teoria Geral*; como se sabe, esta é formulada no âmbito das decisões de curto prazo de empregar e, portanto, dependem essencialmente de expectativas empresariais que podem sancionar qualquer nível de emprego, mas que em geral não sancionam o pleno emprego da mão de obra;

É importante ressaltar o tom com que Keynes apresentou a sua proposta, frisando de partida e muito claramente seu caráter dissidente. Como a ciência havia se apegado tão vigorosamente à noção de eficiência do mecanismo de mercado, ao apanágio da concorrência em organizar os recursos de forma condizente às preferências e à tecnologia (ou à escassez), sugerir que não pudesse fazê-lo deve ter soado, de fato, como uma heresia¹².

O quão longe, porém, esta “heresia” teria levado Keynes relativamente à tradição clássica tornou-se um dos debates interpretativos mais vigorosos da história do pensamento econômico. Ao indicar diretamente que o *diagnóstico* da tradição acerca da eficiência da economia de mercado no que dizia respeito à alocação do trabalho estaria equivocado, Keynes estaria questionando apenas o diagnóstico, ou seja, apenas o aspecto teórico relativo à tradição, ou outros elementos que a compunham? Sendo um ou outro o caso, qual teria sido seu principal argumento para o questionamento? A depender das respostas a estas perguntas, portanto, qual seria a diferença essencial entre a concepção teórica de Keynes e a clássica e, portanto, em que medida seria possível haver uma convergência entre ambas?¹³

Como se sabe, grande parte da macroeconomia tratou de apresentar e defender respostas a essas perguntas, tanto no que se refere ao debate teórico propriamente dito, como no que diz respeito à “correta” interpretação da obra de Keynes. A conformação de distintas “escolas” keynesianas ou macroeconômicas, formadas a partir da percepção comum de elementos tanto divergentes quanto convergentes, derivou precisamente das

¹² Em sua crítica de 1926 ao liberalismo econômico dogmático, comentava Keynes: “*É uma ortodoxia que está em questão e, quanto mais persuasivos os argumentos, mais grave será a ofensa. Apesar disso, [aventuro-me] no covil do monstro letárgico (...)*” (1984a, p. 120)

¹³ Apenas como ilustração da miríade de problemas abertos por estes questionamentos, pode-se indagar se: compreender a determinação do nível de emprego e renda os enxergando como produtos da ação de indivíduos interagindo em mercados não seria uma maneira apropriada de entender o fenômeno? Haveria fenômenos econômicos de naturezas distintas (por exemplo, os agregados) e, portanto, para alguns esta forma seria adequada enquanto para outros não? Estaria equivocado o julgamento da teoria acerca de qual agente e decisão são relevantes para entender o fenômeno (empresários *vis-à-vis* trabalhadores)? A causa deste equívoco seria uma desigualdade na capacidade de barganha? Ou em sua capacidade de interpretar adequadamente os sinais do mercado (a “ilusão monetária” dos trabalhadores)? O que poderia levar, para além de impedimentos *ad hoc*, a que alguns agentes ou todos não fossem capazes de obter e/ou processar as informações disponíveis no mercado e assim a agir de forma condizente com seus próprios interesses (rigidez, assimetria de informação, limites na racionalidade)? As respostas a estas perguntas se alterariam a depender do tempo que se permitisse que as forças do mercado operassem (curto *versus* longo prazo)? Ou, mais geralmente, o diagnóstico acerca de ineficiência relativa da economia capitalista se alteraria a depender desse tempo (há “convergência” para a posição de equilíbrio de pleno emprego no longo prazo)?

diversas maneiras com que essas perguntas foram sendo gradativamente formuladas e respondidas.

De maneira geral, a maior parte das teorias do campo ortodoxo da ciência ou eliminaram o conceito de desemprego involuntário, ou seja, a possibilidade de haver ineficiência, reafirmando, com isso, a tradição clássica; ou passaram a considerar que esta poderia ocorrer apenas sob certas condições conjunturais particulares (rigidezes, imperfeições, temporalidades específicas, etc.) não necessariamente inerentes ao funcionamento da economia de mercado, estando mais relacionadas a limitações da “natureza”¹⁴.

Já no âmbito da Síntese Neoclássica, nos décadas de 1940 e 1950, o desemprego passa a estar associado ao “curto prazo”, e é visto como causado por rigidezes no salário nominal, sendo os efeitos “Keynes” e/ou “Pigou-Patinkin” os mecanismos que restaurariam endogenamente o pleno emprego¹⁵. Tratamento semelhante seria dado por Milton Friedman nas décadas de 1960 e 1970, utilizando a ilusão monetária como fator que justificava o desemprego, sendo, porém, a utilização eficiente e plena de todos os fatores a condição normal de longo prazo. Com Robert Lucas, já nos anos 1970, os desvios do emprego do seu nível de pleno emprego passam a estar associados a choques monetários, e não são mais encarados como posições de equilíbrio, e sim como componentes do ciclo. Finalmente, em anos recentes, com a abordagem novo-keynesiana, tratou-se de desenvolver modelos que justificassem a presença de rigidezes no mercado de trabalho (reais ou nominais) que pudessem causar a persistência do desemprego por períodos relativamente longos. Note-se que, em qualquer destes casos, a propriedade da eficiência é mantida enquanto elemento característico e essencial da economia capitalista¹⁶.

No campo heterodoxo, porém, as interpretações tenderam a se concentrar em torno da perspectiva de que a proposta revolucionária de Keynes compreendia não apenas

¹⁴ A própria classificação e os adjetivos associados ao desemprego foram, com isso, se modificando ao longo do tempo: de “equilíbrio” ou de “desequilíbrio”; “involuntário” ou “voluntário”; “keynesiano” ou “clássico”; de “demanda” ou de “oferta”; “natural” ou “cíclico”;

¹⁵ Essa interpretação “bastarda”, na acepção de Joan Robinson, estabeleceu-se muito rapidamente como a ortodoxia do keynesianismo, e, portanto, parece que Keynes percebeu acertadamente como era preciosa à ciência a propriedade da eficiência do mecanismo de concorrência e, portanto, o caráter herético de sua proposta;

¹⁶ Para detalhes da evolução histórica dos debates da macroeconomia, ver SNOWDON e VANE (2005);

aspectos teóricos, mas necessariamente metodológicos, filosóficos e/ou ontológicos. As possibilidades abertas por este caminho de crítica, em especial quando combinadas às contribuições de outros autores, foram amplas e frutíferas, produzindo um corpo teórico próprio, em geral agrupado sob o rótulo de economia pós-keynesiana¹⁷. Neste campo se situaria a perspectiva aqui sugerida, qual seja, a de que Keynes pretendia acima de tudo questionar o papel da política na tradição liberal clássica, motivado fundamentalmente por seu compromisso moral com a ordem social liberal.

4. A crítica de Keynes à tradição: a defesa da arte de governar

Parece que nunca se tornará excessivo lembrar a excepcionalidade da década de 1930, década em cuja primeira metade Keynes desenvolveu sua *Teoria Geral*¹⁸. O ano de 1933, em especial, foi particularmente relevante, não apenas porque nele ocorreram as eleições que levaram Hitler ao poder na Alemanha, mas igualmente pois, em 18 de Maio, Roosevelt assinou o *Tennessee Valley Authority Act*, simbolicamente instituindo, com isso, o *New Deal* nos EUA. Ainda em 1919, nas *Consequências Econômicas da Paz*, Keynes advertia:

Nem sempre as pessoas aceitam morrer de fome em silêncio: algumas são dominadas pela letargia e o desespero, mas outros temperamentos se inflamam, possuídos pela instabilidade nervosa da histeria, podendo destruir o que resta da organização social, e submergindo a civilização com suas tentativas de satisfazer desesperadamente as necessidades individuais. É contra esse perigo que todos os nossos recursos, nossa coragem e idealismo deve cooperar (2002, p. 158)

Convém recuperar ainda alguns aspectos da postura científica de Keynes¹⁹. É conhecida e bem estabelecida, em primeiro lugar, a importância atribuída por Keynes ao caráter prático da ciência econômica²⁰. De fato, para Keynes, a importância do

¹⁷ Para uma apreciação histórica e teórica da economia pós-keynesiana, ver KING (2002); e HARCOURT (2008);

¹⁸ Para a preparação da *Teoria Geral*, ver MOGGRIDGE (2005), capítulo 21; para a década de 1930, ver POLANYI (2000), capítulo 2;

¹⁹ O capítulo de BACKHOUSE e BATEMAN para o compêndio a Keynes por eles organizado (2006) apresenta uma resenha bibliográfica sobre cada um dos temas abaixo tratados, além das principais biografias disponíveis de Keynes até o ano de sua publicação;

²⁰ Sobre este, ver, especialmente HOOVER (2006);

desenvolvimento teórico estava vinculado àquele caráter disso derivando, inclusive, sua definição para a ciência econômica: “[A] science of thinking in terms of models joined to the art of choosing models which are relevant to the practical world” (1978, p. 296).

Essa orientação deveria orientar igualmente a forma de organizar e desenvolver a ciência:

A divisão das determinantes do sistema econômico (...) é, de um ponto de vista absoluto, completamente arbitrária. Ela deve basear-se apenas na experiência, de modo que corresponda, por um lado, aos fatores cujas variações parecem ser tão lentas ou tão pouco importantes que apenas tenham pequena e, comparativamente, desprezível influência a curto prazo em nosso *quaesitum*; e, por outro lado, aos fatores cujas variações exercem, na prática, uma influência dominante em nosso *quaesitum*. (...) Nossa tarefa final poderia consistir em selecionar as variáveis que a autoridade central pode controlar ou dirigir deliberadamente no tipo de sistema em que realmente vivemos. (1996, pp. 238-9)

Keynes foi, neste sentido, fortemente crítico das formulações excessivamente formalistas que vinham sendo desenvolvidas pela ciência econômica:

O objetivo da nossa análise não é fornecer um mecanismo ou método de manipulação cega que nos dê uma resposta infalível, mas dotar-nos de um método organizado e ordenado de raciocinar sobre problemas concretos; depois de obtermos uma conclusão provisória, teremos de voltar atrás e levar em conta, da melhor maneira possível, as reações prováveis dos diversos fatores entre si. (...) Grande parte da recente economia “matemática” não passa de um emaranhamento, tão impreciso quanto suas hipóteses iniciais, levando os autores a perder de vista, num labirinto de símbolos pretensiosos e inúteis, as complexidades e interdependências do mundo real. (1996, p. 281)

Este caráter prático atribuído à ciência (ou, mais geralmente, suas posturas relativamente ao método), advinha tanto de sua formação em probabilidade²¹, como de suas preocupações morais e estéticas, cuja origem em geral se atribuí a seus vínculos com o grupo Bloomsbury. Em seus comentários sobre o grupo, Keynes assim se expressou:

We were among the last of the Utopians, or meliorists as they are sometimes called, who believe in a continuing moral progress by virtue of which the human race already consists of reliable, rational, decent people, influenced by truth and objective standards, who can be safely released from the outward restraints of convention and traditional standards and

²¹ Sobre o método de Keynes relativamente à probabilidade, ver CARABELLI (1988);

inflexible rules of conduct, and left, from now onwards, to their own sensible devices, pure motives and reliable intuitions of the good. (1978, p. 447)

A verdadeira aspiração humana, para Keynes, estava na “vida imaginativa”, ou seja, nas realizações estéticas de uma existência virtuosa. De fato, quando tratou de vislumbrar as possibilidades abertas pela ordem social de mercado, nas *Possibilidades econômicas para nossos netos*, de 1930 (1984b), Keynes identificou nesta a primeira oportunidade histórica concreta de realizar aquelas aspirações, já que aquela ordem estaria “resolvendo nosso problema econômico” (p. 154), e combinando a abundância material da economia capitalista, por um lado, com a garantia da liberdade e da propriedade individuais do liberalismo político, por outro:

Assim, pela primeira vez desde sua criação o homem enfrentará seu problema real e permanente – como empregar a liberdade de preocupações econômicas permanentes, como ocupar o lazer que a ciência e o juro composto lhe terão conquistado, para viver bem, sábia e agradavelmente. (1984b, p. 156)

Com este pano de fundo, torna-se possível compreender a *Teoria Geral* como um projeto cujo principal objetivo era defender a arte de governar. É possível notar a importância desse objetivo pela advertência de Keynes acerca dos riscos de a ciência econômica continuar fiel à teoria clássica. Como afirma em seu primeiro capítulo, seguir utilizando aquela teoria para lidar com os fatos da realidade seria “não apenas ilusório”, mas *desastroso*. O tom ameaçador e relativamente dramático do capítulo pode indicar a medida das preocupações de Keynes, e, portanto, da ameaça que percebia pairar sobre a sociedade.

Talvez o que tenha encorajado Keynes a propor tal heresia, par além de um comprometimento teórico com aquelas ideias, tenham sido os aspectos morais associados à manutenção da economia capitalista; e, por outro lado, sua percepção realista de que esta poderia estar em risco, exceto se a ciência econômica viesse em seu auxílio. Admitir a ineficiência do mercado em organizar a vida econômica pode ter parecido a Keynes tarefa relativamente simples, e talvez por isso tenha apostado que convenceria seus pares, se acreditasse que o que estava em jogo era a própria sobrevivência do mundo liberal

moderno, ainda mais quando seus colegas do outro lado do Atlântico já haviam sido devidamente convencidos.

É como se Keynes estivesse tentando recordar a seus pares que, embora a eficiência material tenha se tornado protagonista, ou mesmo o único, entre os temas da ciência econômica, isso não havia a elevado a um fim em si mesma; que ela deveria voltar a ser tratada, como havia sido pelos primeiros autores da tradição liberal clássica, como um meio para promover outros fins superiores, especialmente a liberdade individual; que a justificativa última para a defesa e a preservação da economia de mercado passa não por quão eficiente ela é em termos materiais, mas por acreditar-se que ela guarda relações diretas com a preservação e a ampliação gradativa daquela liberdade. Ou, como recomendou em 1931:

Não nos permitamos superestimar a importância do problema econômico, ou o sacrifício a suas supostas necessidades de outras questões de maior ou menor significação permanente. Esse problema deve ser atribuído a especialistas – da mesma forma que a odontologia. (1984b, p. 159)

Como visto, a teoria clássica não admitia que o desemprego fosse causado por um funcionamento ineficiente da economia de mercado; se seus níveis estavam altos, como era então o caso, as causas deveriam ser identificadas fora da esfera propriamente econômica. E como não cabe ao setor público agir de forma ativa na economia privada, a única orientação útil que os economistas poderiam fornecer aos governos era a de que estes localizassem e agissem sobre os fatores que estavam impedindo os mercados de funcionarem adequadamente segundo as forças da concorrência.

Isso significava, no caso do desemprego, permitir que o salário cumprisse seu papel de ajuste entre oferta e demanda por trabalho. Porém, deveria parecer a Keynes, em inícios da década de 1930, que o próprio sistema entraria em colapso antes que aquele ajuste fosse atingido. Esse é exatamente um dos sentidos possíveis da famosa profecia de Keynes acerca do longo prazo. No *longo prazo* estaremos mortos não apenas pela óbvia finitude da vida humana, mas porque efetivamente isso ocorreria se os governos seguissem os ensinamentos da teoria clássica e aguardassem o ajuste do mercado de trabalho.

4. O Moinho Satânico de Karl Polanyi

O “ajuste” do mercado de trabalho exigido pela teoria clássica para eliminar o desemprego consiste exatamente na operação do *moinho satânico* de Polanyi, ou seja, no que ocorreria à sociedade caso o trabalho fosse entregue aos ajustes automáticos dos mercados:

Esta suposta mercadoria, ‘a força de trabalho’, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não-utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ‘homem’ ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. (pp. 94-5)

Keynes apostou, porém, e o fez acertadamente, que seria possível salvar o mundo liberal se conseguisse convencer seus pares sobre a necessidade e sobre a possibilidade de agir sobre os mercados. Interessava, portanto, formular uma teoria que, concebendo o diagnóstico da ineficiência da economia capitalista em seu próprio funcionamento, pudesse indicar algum tratamento que a revigorasse, ainda que temporariamente. Mais importante do que preservar ideologicamente as propriedades materiais do capitalismo, tratava-se de preservar a ordem liberal, e isto só poderia ser feito se fossem resgatadas as “verdades elementares da arte de governar”.

De minha parte, acho que, sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido, mas que, em si, ele é de muitas maneiras sujeito a inúmeras objeções. Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo de vida satisfatório.” (1984a, pp, 125-6)

Estas “verdades” seriam precisamente aquelas obscurecidas pelo “monstro letárgico da ortodoxia” a qual se referia Keynes (ver nota 12 acima) e contra o qual Polanyi igualmente se insurge:

Essas verdades elementares da arte de governar tradicional, que muitas vezes refletiam os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagadas do pensamento dos mestres do século XIX pela ação corrosiva de um utilitarismo cru, aliada a uma confiança não-crítica nas alegadas propriedades auto curativas de um crescimento inconsciente. (op. cit., p. 51)

A ironia histórica dos acontecimentos seria a de que, se os ensinamentos da tradição liberal fossem seguidos de forma rigorosa, como foram, a própria liberdade estaria em jogo, como pareceu estar naquele momento histórico.

No último capítulo de sua *Grande Transformação*, portanto, Karl Polanyi se propôs precisamente a refletir sobre quais seriam as chances para a liberdade em uma sociedade industrial complexa após a revolucionária década de 1930 ter soterrado definitivamente a civilização liberal do século XIX²². Compreendendo o caráter utópico do que denominou como “economia de mercado”, Polanyi julgou que a aventura de entregar a vida humana, a natureza e a moeda à auto-regulação dos mercados estava encerrada e, assim, tratava-se de refletir, frente às forças sociais que se apresentavam – o socialismo e o fascismo – sobre as possibilidades abertas à liberdade:

Chegamos assim à conclusão inexorável de que está em questão a própria possibilidade de liberdade. Se a regulação é o único meio de difundir e fortalecer a liberdade numa sociedade complexa e, no entanto, utilizar esse meio é se opor à liberdade per se, então uma tal sociedade não pode ser livre. (op. cit., p. 298)

Polanyi acreditava, assim como Keynes (porém diferentemente de Hayek), que a regulação da vida econômica, ou seja, a política, não significava necessariamente o fim da liberdade, pois seria:

(...) provado o desacerto dos dois erros opostos de pessimismo que atualmente tanto tumultuam o mundo – o pessimismo dos revolucionários, para quem as coisas vão tão mal que nada pode nos salvar, a não ser violentas transformações, e o pessimismo dos reacionários, para os quais o equilíbrio da vida econômica e social é tão precário, que não nos devemos arriscar em fazer experiências. (Keynes, 1984b, p. 151)

²² Embora Polanyi tenha participado, junto com von Mises, Hayek e outros ultra liberais, do Colóquio Walter Lippmann, e que este seja em geral associado ao surgimento do neoliberalismo anti-keynesiano, este não era o caso de Karl Polanyi; ver, a respeito, REINHOUDT; AUDIER (2018), Introdução;

Uma das possibilidades históricas abertas pela realidade de uma sociedade complexa – o fascismo – possuía, para Polanyi, um caráter tipicamente degenerativo, na medida em que rejeitava o próprio postulado da liberdade (op. cit., p. 300). A outra foi o que denominou como “solução socialista”, ou seja, aquela que reconhece o vínculo existente entre liberdade e igualdade em uma sociedade complexa:

As classes abastadas gozam da liberdade que lhes oferece o ócio em segurança; elas estão naturalmente menos propensas a ampliar a liberdade na sociedade do que aquelas que, por falta de rendas, têm que se contentar com um mínimo de liberdade. Isto é perfeitamente visível quando surge uma compulsão no sentido de uma distribuição mais justa da renda, do lazer e da segurança. Embora as restrições se apliquem a todos, os privilegiados tendem a ressentir-se, como se elas fossem dirigidas apenas contra eles. Eles falam em escravidão quando de fato se pretende apenas distribuir entre outros a liberdade de que eles mesmos gozam. (op. cit., p. 195)

Malthus percebera já em 1798 o que significava o *moinho satânico* de Karl Polanyi e o *longo prazo* de Keynes, ou seja, nada menos do que a operação da seleção natural em escala social:

O homem que nasce num mundo que já tem donos, se não puder obter de seus pais a subsistência a que faz jus, e se a sociedade não desejar seu trabalho, nenhum direito possui de reivindicar a menor porção de alimento e, em verdade, nada tem a fazer aqui, Na poderosa festa da Natureza, não há lugar livre para ele. A Natureza lhe diz para ir embora. (1996)

O que Malthus não pode perceber com a mesma clareza, porém, é que a política dota o mundo humano de atributos que a ele possibilitam se libertar desta e de tantas outras “leis” a que estão sujeitos os demais organismos vivos. A ciência econômica não precisa, portanto, como Keynes tinha pleno conhecimento, continuar sendo a ciência lúgubre se os economistas estivessem dispostos a enfrentar a responsabilidade social de operacionalizar aqueles atributos, ao invés de seguir transferindo para a concorrência a tarefa de organizar a sociedade. Por isso, Keynes imaginou que:

For the next twenty-five years in my belief, economists, at present the most incompetent, will be nevertheless the most important group of scientists in the world. And it is to be hoped - if they are successful - that after that they will never be important again. (1978c, p. 37)

Com otimismo bastante semelhante, Karl Polany assim encerra sua *Grande Transformação*:

A descoberta da sociedade é, portanto, o final ou o renascimento da liberdade. Enquanto o fascista se resigna a abandonar a liberdade e glorifica o poder que é a liberdade da sociedade, o socialista se resigna a essa realidade e mantém a exigência da liberdade, a despeito dessa realidade. O homem amadurece e é capaz de existir como ser humano numa sociedade complexa. (...) A aceitação, sem queixas, da realidade da sociedade dá ao homem uma coragem indômita e forças para afastar todas as injustiças e a falta de liberdade que podem ser eliminadas. Enquanto ele se conservar fiel à sua tarefa de criar uma liberdade mais ampla para todos, ele não precisa temer que o poder ou o planejamento se voltem contra ele e que destruam, através da sua instrumentalidade, a liberdade que ele está construindo. Este é o significado da liberdade numa sociedade complexa e ele nos dá toda a certeza de que precisamos. (op. cit., pp. 300-1)

Referências

ARTHMAN, Rogério; BRADY, Michael E.; SALLES, Alexandre O. T. Dos clássicos aos hereges: Keynes e a economia de seu tempo. In: *Revista da Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2010.

BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. A cunning purchase: the life and work of Maynard Keynes. In: _____. (eds.). *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge University Press, 2006.

BACKHOUSE, R.; NISHIZAWA, T. Welfare Economics, old and new. In: _____. (Eds.). *No wealth but life: Welfare Economics and the Welfare State in Britain, 1880–1945*. Cambridge University Press, 2010.

BAUMOL, W. J. Retrospectives: Say's Law. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 13, No. 1, 1999.

BLAUG, Mark. Say's Law of Markets: What Did It Mean, and Why Should We Care?. *Eastern Economic Journal*, vol. 33, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Unversidade Estadual Paulista, 1995.

BRITTAN, S. Keynes's political philosophy. In: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. (eds.). *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge University Press, 2006.

CARABELLI, Anna M. *On Keynes's method*. Palgrave Macmillan, 1988.

- CONAWAY, David. *Classical liberalism: the unvanquished ideal*. Macmillian Press, 1995.
- DAUNTON, M. Welfare, taxation and social justice: reflections on Cambridge economists from Marshall to Keynes. In: BACKHOUSE, R.; NISHIZAWA, T. (Eds.). *No wealth but life: Welfare Economics and the Welfare State in Britain, 1880–1945*. Cambridge University Press, 2010.
- DAVIDSON, P. *John Maynard Keynes*. Palgrave Macmillan, 2009
- FONTANA, Giuseppe. “Mr Keynes and the ‘Classics’” again: a methodological enquiry. In: *Atlantic Economic Journal*, 34, 2006.
- GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórica-filosófica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, 2000.
- HARCOURT, G. C. *The structure of Post Keynesian economics: the core contributions of the pioneers*. Cambridge, UK: CUP, 2008.
- HICKS, J. R. O Sr. Keynes e os Clássicos: uma sugestão de interpretação. In: CARNEIRO, R. (org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997.
- HODGSON, Geoffrey Martin. *How Economics Forgot History: The Problem of Historical Specificity in Social Science. Economics as Social Theory*. Taylor & Francis Routledge, 2001.
- HOOVER, Kevin D. Doctor Keynes: economic theory in a diagnostic science. In: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. (eds.). *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge University Press, 2006.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, [1936]. 1996.
- KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Clássicos IPRI, vol. 3. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1919]. 2002.
- KEYNES, J. M. O fim do laissez-faire. In: SZMRECSANYI, T. (Org.). *Keynes: economia*. São Paulo: Ática, 1984a.
- KEYNES, J. M. Possibilidades econômicas para nossos netos. In: SZMRECSANYI, T. (Org.). *Keynes: economia*. São Paulo: Ática, 1984b.
- KEYNES, J. M. Essays in biography. In: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. (Eds.), *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. X, Royal Economic Society, 1978a.

KEYNES, J. M. The General Theory and After: Part II. Defence and Development. In: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. (Eds.), *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. XIV, Royal Economic Society, 1978b.

KEYNES, J. M. Activities 1931–1939: World Crises and Policies in Britain and America. In: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. (Eds.), *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. XXI, Royal Economic Society, 1978b.

KEYNES, J. N. *The scope and method of political economy*. 4th Edição. Batoche Books, 1999.

KLAES, Mathias. Keynes between modernism and post-modernism. In: BACKHOUSE, R.; BATEMAN, B. W. (eds.). *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge University Press, 2006.

MACEDO e SILVA, A. C. O Homos Economicus, o tempo da economia e a Lei dos Mercados: um outro fio da meada. *Anais. IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas*, ABPHE, São Paulo, FEA-USP, 2001.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre a população*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MARKWELL, Donald. *John Maynard Keynes and international relations*. Economic paths to war and peace. Oxford University Press, 2006.

MOGGRIDGE, D. E. *Maynard Keynes*. An economist's biography. Taylor & Francis e-Library, 2005.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REINHOUDT, J.; AUDIER, S. *The Walter Lippmann Colloquium*. The Birth of Neo-Liberalism. Palgrave Macmillan, 2018.

ROBBINS, L. *An essay on the nature and significance of economic Science*. 3ª. Ed., London: Macmillan, 1984.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2 volumes. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard R. *Modern Macroeconomics*. Its Origins, Development and Current State. Edward Elgar Publishing, 2005.